

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2020
(Da Sra. Alice Portugal)

Susta os efeitos da Portaria Nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, que " dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Com fundamento no inciso V do art. 49 da Constituição Federal, ficam sustados os efeitos da Portaria Nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, que " dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19".

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Portaria do Ministério da Educação de Jair Bolsonaro determina retorno às aulas presenciais nas instituições de ensino superior. Com a portaria, além de decretar a volta das aulas presenciais em 4 de janeiro, o MEC, na prática, proíbe as aulas à distância, por internet.

Com a portaria, editada nesta terça-feira (01/12) e publicada nesta quarta-feira, além de decretar a volta das aulas

presenciais em 4 de janeiro, o MEC, na prática, proíbe as aulas à distância, por internet.

Tem razão o reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), João Carlos Salles, que classificou como "absurda" a volta às aulas presenciais nas instituições de ensino superior determinada pelo MEC. "É um absurdo completo", disse ele, acrescentando que não acatará a decisão. "Nossa resolução define que o próximo trimestre será não presencial"

Também na UFBA, a ASSUFBA, que representa os servidores da instituição, repudiou veementemente a portaria nº 1.030 do MEC (Ministério da Educação), publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (02/12), que determina que as Instituições Federais de Ensino Superior voltem às aulas presenciais, a partir de 4 de janeiro de 2021.

O Sindicato considera a atitude do governo Bolsonaro irresponsável, equivocada e perigosa. A pandemia causada pelo novo coronavírus ainda não acabou e a vacinação contra a Covid-19 não tem data para começar no Brasil.

Além disso, com um quadro crescente, o Brasil acumula, até a tarde desta terça-feira (01/12), 173.862 mortes.

Não bastasse termos um ministro da Educação completamente ausente e alheio aos problemas educacionais do país, somos agora premiados com esta aberração retratada numa absurda portaria negacionista, que caso seja implementada certamente ceifará vidas de alunos, professores e servidores das instituições federais de ensino superior.

É dever do Poder Legislativo impedir que esta portaria inominável permaneça em vigor e este Projeto de Decreto Legislativo tem este propósito.

Sala das sessões, em de dezembro de 2020

Alice Portugal

Deputada Federal



Projeto de Decreto Legislativo **(Do Sr. Alice Portugal)**

Susta os efeitos da Portaria Nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, que “ dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19”.

Assinaram eletronicamente o documento CD203001638500, nesta ordem:

- 1 Dep. Alice Portugal (PCdoB/BA)
- 2 Dep. Perpétua Almeida (PCdoB/AC) *-(p_7253)
- 3 Dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ)
- 4 Dep. Renildo Calheiros (PCdoB/PE)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.